



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO — CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

LEI MUNICIPAL Nº 770/2002, de 28 de outubro de 2002.

Dá nova redação ao artigo 3º da Lei Municipal nº 89/98, de 9 de setembro de 1998, que cria o Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência - CMPPD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 3º da Lei Municipal nº 89/98, de 9 de setembro de 1998, que cria o Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência - CMPPD, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência - CMPPD será constituído de 18 (dezoito) membros, a saber:

- I - 9 (nove) representantes indicados pelo Poder Executivo Municipal, sendo:**
 - a) 2 (dois) vinculados à Secretaria de Educação e Desporto - SMED;**
 - b) 2 (dois) vinculados à Secretaria de Assistência Social e Habitação - SAHAB;**
 - c) 1 (um) vinculado à Secretaria de Planejamento - SEPLAN;**
 - d) 1 (um) vinculado à Secretaria de Saúde - SEMSA;**
 - e) 1 (um) vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT;**
 - f) 1 (um) vinculado à Secretaria de Obras Públicas - SEMOP; e**
 - g) 1 (um) vinculado à Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança - SEMTRAS;**
- II - 1 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/NH;**
- III - 1 (um) representante da Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI-NH;**
- IV - 1 (um) representante do Colégio Estadual Dr. Wolfran Metzler;**

“Doe Sangue, Doe Órgãos, SALVE UMA VIDA”
(Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

P.L. Nº 172/134/2002



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO — CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

2

...

- V - 1 (um) representante da Escola Estadual Especial Keli Meise Machado;
- VI - 1 (um) representante da Associação dos Familiares e Amigos do Down 21 - AFAD/NH;
- VII - 1 (um) representante da Associação dos Deficientes Visuais - ADEVIS;
- VIII - 1 (um) representante da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo - FEEVALE;
- IX - 1 (um) representante do Serviço Ecumênico de Novo Hamburgo - SENHA;
- X - 1 (um) representante dos clubes de serviço existentes no Município.

§ 1º Os conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação para nomeação e posse do Conselho.

§ 2º Os conselheiros representantes das entidades elencadas nos incisos II a X serão indicados por estas, em igual prazo, nos termos do § 1º retro.

§ 3º Compete ao Prefeito Municipal proceder a nomeação e posse dos conselheiros, obedecida a origem das indicações.

§ 4º O exercício do cargo de conselheiro é considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

§ 5º O mandato dos conselheiros terá a duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO,
aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro do ano de 2002.


JOSE AIRTON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


MARCOS ITAMAR NUNES DA ROCHA
Secretário de Administração